



O efeito do poder econômico das mulheres na América Latina e no Caribe

Resumo Executivo

Ao longo da década passada, o crescimento econômico na América Latina e do Caribe (ALC) apresentou uma aceleração acentuada, levando a pobreza e a desigualdade a níveis baixos históricos na região com a maior desigualdade no mundo. Até mesmo a crise econômica global e a contração de 4% na economia regional em 2009 não interromperam o avanço da ALC e as significativas reduções na desigualdade.

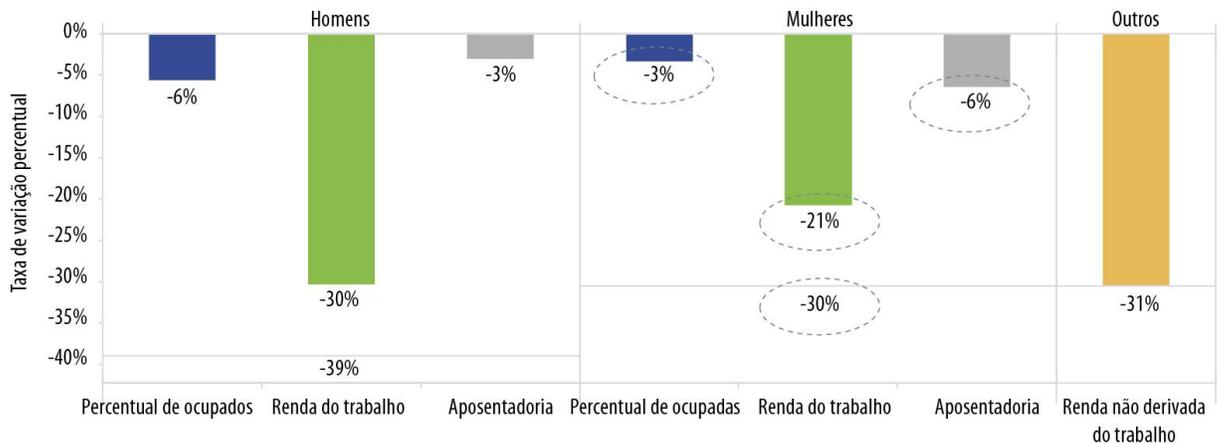
Em 2012, à medida que os contínuos problemas econômicos mundiais tornam as previsões otimistas menos seguras e ameaçam minar o progresso no combate à pobreza e à desigualdade, é essencial compreender melhor as forças estruturais que promoveram os resultados sociais positivos recentes. Estes incluem os mercados de trabalho mais inclusivos, a expansão das redes de proteção social, melhores resultados educacionais, a estabilidade macroeconômica e as taxas relativamente altas de crescimento.

Este relatório analisa como as mulheres desempenharam um papel primordial no alcance da redução da pobreza na última década, quando as suas taxas de participação no mercado de trabalho cresceram 15% de 2000 a 2010. Examina também de que maneira o progresso futuro necessitará de um maior poder econômico feminino e de políticas mais eficazes para promovê-lo.

Se a renda feminina tivesse permanecido inalterada durante esse período, mantendo-se todos os outros fatores constantes, a pobreza extrema na América Latina e no Caribe teria aumentado 30% em 2010. Em outras palavras, 17,7% da população da região estaria abaixo da taxa de pobreza extrema, em comparação com os 14,6% atuais. A renda feminina no mercado de trabalho contribuiu em 30% para a redução da pobreza extrema, comparada com a de 39% do rendimento assalariado masculino, enquanto o restante deveu-se a transferências pública e privada (remessas, programas de transferência de renda, etc)



A renda feminina contribuiu com 30% para a redução da extrema pobreza (2000-2010, US\$2,5/PPC)



A contribuição das mulheres para a redução tanto da pobreza extrema quanto da moderada ajuda a explicar por que a primeira década deste século foi positiva para a América Latina, em geral, e para as mulheres, em particular. O crescimento da renda feminina no mercado de trabalho e maiores taxas de participação, especialmente a das mulheres mais pobres, juntamente como a implementação de programas de aposentadoria nãocontributiva para as mulheres, explicam o importante papel das mulheres na redução da pobreza na região na última década. Renda no mercado de trabalho de homens e mulheres foi a maior força por trás da queda da desigualdade na região desde 2000, com as transferências contribuindo pouco mais de um terço do declínio (36%). O aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho foi fundamental para a queda do coeficiente de Gini, reduzindo a média regional em quase um terço durante a última década.

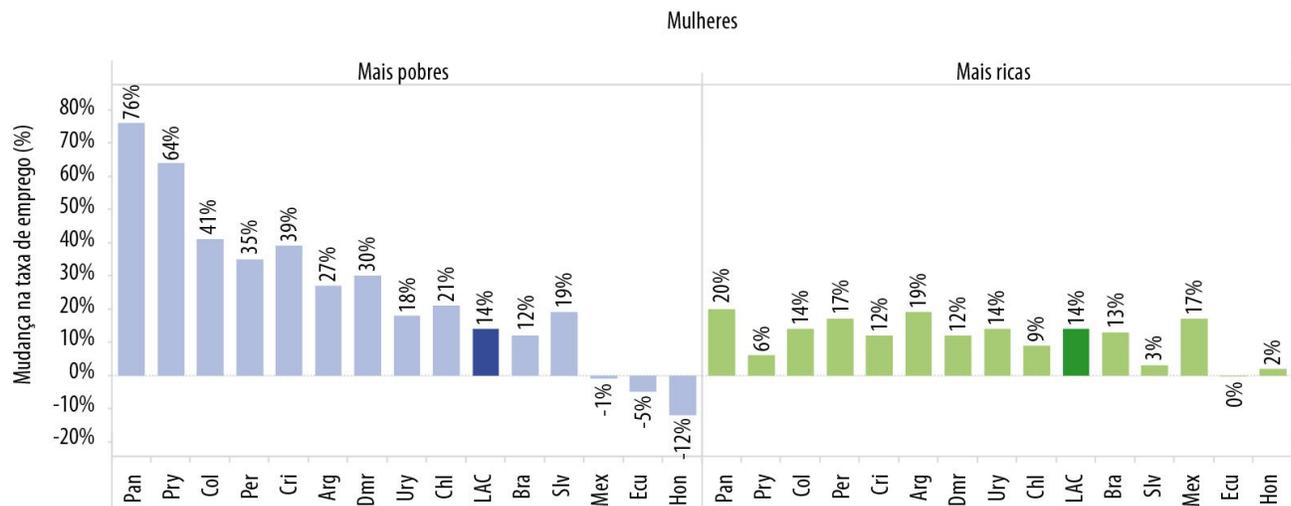
Juntamente com as transferências de renda pública e privada, (que não podem ser atribuídas a nenhum gênero específico na família), a renda feminina demonstrou ser essencial para reduzir as pressões nos núcleos familiares extremamente pobres durante a crise de 2009. À medida que a mão de obra masculina caiu devido à contração econômica, a participação feminina no mercado de trabalho se tornou um importante componente para ajudar as famílias a suportar os choques



econômicos, demonstrando ao mesmo tempo a maior vulnerabilidade dos grupos familiares que dependiam estritamente do rendimento masculino.

É fundamental concentrar-se nas taxas de participação das mulheres, especialmente as de baixa renda, para compreender o significado do aumento de renda do trabalho feminino. Uma maior participação da força de trabalho feminina foi mais acentuada entre as representantes de baixa renda, o que significou uma contribuição fundamental para as reduções da extrema pobreza e do seu nível de gravidade na ALC.

Um maior número de mulheres de baixa renda estava entrando no mercado de trabalho, comparado às de renda alta (houve uma mudança nas taxas de emprego entre as mulheres de 15 a 64 anos) (2000 a 2010)





Os aumentos de renda e de participação feminina no mercado de trabalho parecem refletir as taxas de matrícula mais elevadas e a redução da disparidade entre os gêneros na educação. Na última década, os hiatos educacionais de gênero foram sanados e até mesmo revertidos em muitos países da América Latina, e agora o número de meninas matriculadas no ensino secundário e superior é maior do que o de meninos.

A maior contribuição da renda proveniente de benefícios previdenciários e o aumento da expectativa de vida das mulheres também foram elementos importantes para o aumento dos rendimentos do trabalho feminino. Argentina, Chile, Brasil, Panamá e Costa Rica adotaram programas de aposentadoria não-contributiva para homens e mulheres, pagos pelo governo e não pelo empregador e pelo empregado. Além disso, as mulheres continuam a viver mais do que os homens, o que lhes permite usufruir durante um maior tempo desse benefício.

O crescente papel da renda feminina também é promissor para as futuras gerações. Na maioria dos países da ALC, a educação obrigatória e subsidiada e, portanto, a real oportunidade para que todas as crianças frequentem a escola com regularidade, se limitou à faixa entre seis e 15 anos. No entanto, as taxas de matrícula pré-escolar e no ensino médio vem aumentando, um fator que está intimamente associado às taxas mais elevadas de dependência familiar à renda feminina. No Brasil, por exemplo, havia uma maior probabilidade, representada por um percentual entre 7% e 14%, de que as crianças de famílias que dependiam da renda do trabalho feminino estivessem matriculadas na pré-escola e no ensino médio, respectivamente, comparada às famílias que dependiam da renda salarial masculina ou de transferências condicionais de renda.

Apesar do surpreendente papel na redução da pobreza na ALC desempenhado pelo crescimento da contribuição econômica das mulheres, persistem vários desafios importantes que afetam esse grupo e prejudicam a redução da pobreza. Esses fatores incluem a segmentação do mercado de trabalho, as diferenças salariais e a capacidade de atuar, este último ponto pode ser compreendido como a habilidade para fazer escolhas e transformá-las nos resultados desejados.

Em especial nas profissões de nível superior, a remuneração das mulheres e dos homens parece manter a desigualdade, com as mulheres no Chile, Brasil, México e Peru enfrentando um grande crescimento nesta disparidade, que é especialmente evidente nas ocupações que demandam uma alta qualificação. No Brasil, por exemplo, apesar de seus elevados níveis de capital humano, as



impedindo que as mulheres se beneficiem amplamente de seus recursos de desenvolvimento humano e das oportunidades econômicas no mercado de trabalho e em outros segmentos.

O pequeno mas aparentemente crescente número de famílias na região nas quais as mulheres representam a única fonte de renda (17% do total; 19% nas áreas urbanas) está exposto ao mais alto risco de pobreza. Embora a maior participação da mulher na força de trabalho contribua para que os núcleos familiares nos quais os dois cônjuges trabalham escapem da pobreza e enfrentem os choques econômicos, as famílias urbanas com crianças e uma mulher responsável pelos proventos econômicos têm uma possibilidade um terço maior de ser extremamente pobres, comparadas àquelas chefiadas por um homem (20% em relação a 15%).

Avanços inéditos na redução da pobreza e da desigualdade na América Latina e no Caribe foram reforçados pelo papel da mulher nesses processos. No entanto, para que esse progresso continue, as barreiras que as mulheres ainda enfrentam necessitam de políticas e programas inovadores e criativos.

O relatório sugere que as políticas públicas devem se concentrar em três prioridades: a expansão das oportunidades para as mulheres no mercado de trabalho; o aumento da capacidade de atuar feminina que — embora seja importante em si — tem significativos benefícios em potencial para a equidade dos bens e oportunidades econômicas; e o apoio ao crescente número de famílias pobres chefiadas por mulheres. Juntamente com essas propostas de políticas prioritárias, um forte sistema de monitoramento e avaliação deve ser incluído em sua maior extensão possível.

O estudo termina com um exame da Iniciativa de Avaliação do Impacto de Gênero, que foi lançada pela Unidade de Pobreza, Gênero e Equidade, do Departamento para a América Latina e o Caribe do Banco Mundial, com o propósito de compreender o que funciona para promover uma maior igualdade entre os gêneros. Esse novo esforço busca abordar os principais hiatos no conhecimento de políticas e intervenções que visam promover a igualdade de bens, de oportunidades econômicas e de capacidade de atuar das mulheres. A Iniciativa representará uma importante contribuição para a concretização das políticas prioritárias sugeridas.